

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	542.854
Preferenciais	0
Total	542.854
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.121.645	989.287
1.01	Ativo Circulante	21.876	16.158
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.401	6.891
1.01.03	Contas a Receber	5.170	5.142
1.01.03.01	Clientes	5.170	5.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.738	2.581
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.738	2.581
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.416	1.413
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	151	131
1.01.08.03	Outros	151	131
1.01.08.03.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	20
1.01.08.03.02	Outros	151	111
1.02	Ativo Não Circulante	1.099.769	973.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.170	59.485
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.745	7.487
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	10.745	7.487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	52.436	33.866
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.436	33.866
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	846	113
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.143	18.019
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.143	18.019
1.02.03	Imobilizado	1.172	1.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.172	1.349
1.02.04	Intangível	1.012.304	906.824
1.02.04.01	Intangíveis	1.012.304	906.824
1.02.05	Diferido	4.123	5.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.121.645	989.287
2.01	Passivo Circulante	111.541	77.090
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.047	3.537
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.047	3.537
2.01.02	Fornecedores	13.723	11.424
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.723	11.424
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.849	1.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.849	1.161
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	712
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	26.188	22.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.247	22.735
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.247	22.735
2.01.04.02	Debêntures	1.941	0
2.01.05	Outras Obrigações	42.636	36.304
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.696	25.795
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.018	3.093
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	32.678	22.702
2.01.05.02	Outros	7.940	10.509
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.716	8.794
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	256	242
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.968	1.473
2.01.06	Provisões	22.098	1.217
2.01.06.02	Outras Provisões	22.098	1.217
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	1.217
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	22.098	0
2.02	Passivo Não Circulante	699.164	690.273
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	443.087	438.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	310.560	319.386
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	310.560	319.386
2.02.01.02	Debêntures	132.527	119.374
2.02.02	Outras Obrigações	218.709	206.910
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	218.709	206.608
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	218.709	206.608
2.02.02.02	Outros	0	302
2.02.04	Provisões	37.368	44.603
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.999	120
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	140	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	201	79
2.02.04.01.05	Outras Contingências	7.658	0
2.02.04.02	Outras Provisões	29.369	44.483
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	29.369	41.049
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	0	3.434
2.03	Patrimônio Líquido	310.940	221.924
2.03.01	Capital Social Realizado	407.818	282.818
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	467.818	282.818
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-60.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04	Reservas de Lucros	0	254
2.03.04.01	Reserva Legal	0	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-96.878	-61.148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	66.657	198.465	69.898	217.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.946	-194.669	-69.513	-210.195
3.03	Resultado Bruto	1.711	3.796	385	7.032
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.614	-16.000	-3.108	-9.416
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.677	-16.147	-3.108	-9.416
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-10.373	-15.275	-2.828	-8.624
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-304	-872	-280	-792
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	63	147	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.903	-12.204	-2.723	-2.384
3.06	Resultado Financeiro	-15.080	-42.350	-16.496	-35.323
3.06.01	Receitas Financeiras	486	2.426	2.156	7.666
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.566	-44.776	-18.652	-42.989
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.983	-54.554	-19.219	-37.707
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.140	18.570	6.469	12.648
3.08.02	Diferido	8.140	18.570	6.469	12.648
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.843	-35.984	-12.750	-25.059
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.843	-35.984	-12.750	-25.059
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00309	-0,09025	-0,05230	-0,10310
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00309	-0,09025	-0,05230	-0,10310

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.843	-35.984	-12.750	-25.059
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.843	-35.984	-12.750	-25.059

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.411	5.150
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	35.816	33.818
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-35.984	-25.059
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	31.152	28.549
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	126	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição	-18.570	-12.648
6.01.01.05	Receitas com Aplicação Vinculada	-943	-802
6.01.01.06	Juros e Variações sobre Mútuos	23.120	20.426
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	18.812	16.167
6.01.01.08	Despesa de Juros de Debêntures	0	4.013
6.01.01.09	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	1.427	1.103
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	8.201	384
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovia	8.475	1.685
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.405	-28.668
6.01.02.01	Contas a Receber	-28	672
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	20	450
6.01.02.03	Estoques	0	888
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.736	-146
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	469	-713
6.01.02.06	Outros Créditos	-40	-8
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-124	-3.287
6.01.02.08	Fornecedores	-1.680	-3.987
6.01.02.09	Transações com Partes Relacionadas	28	7
6.01.02.10	Cauções Contratuais	-2.139	579
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	510	1.062
6.01.02.12	Obrigações Fiscais	-114	-1.202
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	182	357
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	0	8
6.01.02.18	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-322	-340
6.01.02.19	Despesas Antecipadas Sobre Empréstimos	0	-894
6.01.02.20	Pagamento de Juros	-23.431	-22.114
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.126	-154.295
6.02.01	Aquisição de Itens do Ativo Imobilizado	-14	-339
6.02.02	Adições ao Intangível	-111.647	-154.807
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-4.901	-702
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	2.436	1.553
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	112.225	154.099
6.03.01	Captações	3.409	39.515
6.03.02	Pagamentos	-16.184	-12.251
6.03.03	Aumento de Capital	125.000	10.000
6.03.04	Pagamento de Mútuos	0	-4.078
6.03.06	Capitações de Empréstimos Empresas Ligadas	0	53.000
6.03.07	Emissão de Debentures	0	106.813
6.03.08	Pagamento de Debentures	0	-13.900
6.03.09	Pagamentos Principal Empresas Ligadas	0	-25.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.510	4.954
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.891	8.052
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.401	13.006

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	125.000	0	0	0	0	125.000
5.04.01	Aumentos de Capital	125.000	0	0	0	0	125.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.984	0	-35.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.984	0	-35.984
5.07	Saldos Finais	407.818	0	254	-97.132	0	310.940

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.818	0	254	-19.686	0	228.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	0	0	0	0	10.000
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	0	0	0	10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.059	0	-25.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.059	0	-25.059
5.07	Saldos Finais	257.818	0	254	-44.745	0	213.327

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	206.881	224.403
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	92.125	82.150
7.01.02	Outras Receitas	114.756	142.253
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	114.202	142.101
7.01.02.02	Outras Receitas	554	152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-166.856	-178.022
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.885	-1.616
7.02.04	Outros	-160.971	-176.406
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-24.139	-26.686
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-114.202	-142.101
7.02.04.03	Custo da Concessão	-4.106	-4.240
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovia	-8.475	-1.685
7.02.04.05	Outros	-10.049	-1.694
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.025	46.381
7.04	Retenções	-31.152	-28.549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.152	-28.549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.873	17.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.579	17.511
7.06.02	Receitas Financeiras	1.910	7.666
7.06.03	Outros	25.669	9.845
7.06.03.01	Juros Capitalizados	25.153	9.845
7.06.03.02	Outros	516	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.452	35.343
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.452	35.343
7.08.01	Pessoal	12.658	10.389
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.499	7.558
7.08.01.02	Benefícios	2.459	2.269
7.08.01.03	F.G.T.S.	700	562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-10.172	-3.568
7.08.02.01	Federais	-14.805	-7.691
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	4.632	4.123
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.420	32.620
7.08.03.01	Juros	18.828	20.193
7.08.03.02	Aluguéis	387	755
7.08.03.03	Outras	24.205	11.672
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	21.743	9.310
7.08.03.03.02	Outros	2.462	2.362
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.984	-25.059
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.984	-25.059
7.08.05	Outros	26.530	20.961
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	23.120	20.426
7.08.05.02	Juros Capitalizados	3.410	535

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 10 de novembro de 2016 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2016 (3T16), período encerrado em 30 de setembro de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 3T16 foi de 6.388 mil veículos, 1,4% abaixo do realizado no mesmo período em 2015 (6.476 mil). A variação negativa no tráfego em relação ao 3T15 é devido principalmente a desaceleração da economia do país registrada no exercício atual. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou redução de 0,5% também influenciada pela desaceleração da economia.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio no 3T16 foi de R\$30,7 milhões ante R\$26,6 milhões no 3T15, apresentando acréscimo de R\$ 4,1 milhões (15,4%) em relação a igual período do ano anterior mesmo com a queda do tráfego como mencionado anteriormente. Esse incremento na receita é devido principalmente ao reajuste contratual da tarifa de pedágio ocorrido em 19 de dezembro de 2015. Na comparação com o 2T16 houve redução de 0,5% refletindo a queda no tráfego no trimestre atual.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 38,8 milhões no 3T16, sendo R\$ 6,9 milhões menor que o 3T15. A receita de obras varia conforme cronograma de obras e contrato de concessão. Na comparação com o 2T16 houve redução de R\$ 4,5 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 3T16 registraram acréscimo de R\$ 1,3 milhões se comparados ao 3T15. Esse aumento se deve principalmente a reajustes contratuais dos serviços de guincho e atendimento pré-hospitalar, manutenções preventivas de equipamentos de operação da rodovia, maiores custos com serviços de monitoramento de terraplenos, drenagem e dispositivos de segurança viária. Na comparação com 2T16 houve redução de R\$ 0,7 milhão influenciado principalmente pela redução nos custos com conservação da rodovia.
- As despesas administrativas no 3T16 apresentaram acréscimo de R\$ 7,5 milhões em relação ao 3T15 e 2T16 devido principalmente provisões de autos e infração por descumprimento do contrato de concessão aplicados à Concessionária pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Comentário do Desempenho



- De acordo com ICPC01 no 3T16 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 38,8 milhões, representando redução de 15,1% se comparado com o 3T15. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção registrou redução de R\$ 390 mil em relação ao 3T15 representando redução de 17,4%. Na comparação com o 2T16, registramos decréscimo de R\$ 1,5 milhões. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 3T16 e 3T15 respectivamente em R\$ 2,3 milhões e R\$ 7,1 milhões, representando redução de 67,3% influenciado principalmente pela maior provisão para autos de infração. Em comparação com o 2T16, o EBITDA do 3T16 reduziu R\$ 5,7 milhões..
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 3T16 R\$ 5,2 milhões menor em relação ao 3T15 refletindo aumento das despesas operacionais conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 2T16 houve redução de R\$ 7,2 milhões do EBITDA ajustado representando decréscimo de 63,1%.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 3T16 o resultado financeiro apresentou redução de 8,6%, na comparação com o 3T15. Essa variação positiva se deve a redução nas despesas financeiras refletindo maior capitalização de juros para o intangível no período atual. Na comparação com o 2T16 houve piora no resultado financeiro de 13,1%. Essa variação se deve principalmente pela captação de empréstimo BNDES ocorrida em abril de 2016 no valor de R\$ 3,4 milhões, e menor receita financeira no trimestre atual.

Prejuízo

- No 3T16 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 15,8 milhões, influenciado principalmente pela provisão para autos de infração aplicados pela ANTT, e aumento da depreciação representando um aumento do prejuízo de 24,3% em relação a igual período do ano anterior, e 61,9% em relação ao 2T16.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 3T16 com endividamento bruto de terceiros de 469,3 milhões apresentando um acréscimo de 41,2% em relação ao 2T16 refletindo as captações do empréstimo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses e 2ª emissão de debêntures ocorrida em abril de 2015. Outro fator que influenciou o aumento no endividamento é o aumento dos indexadores da dívida, TJLP para empréstimo BNDES e IPCA para 2ª emissão de debêntures. O endividamento líquido no 3T16 foi de R\$ 492,4 milhões ante R\$ 488,2 milhões no 2T16.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- Até o 3T16 foram investidos R\$ 111,7 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista simples;
- (iii) Pistas auxiliares de interligação;
- (iv) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (v) Ruas laterais;
- (vi) Duplicação trecho Curitiba – PR a Mandirituba – PR;
- (vii) Pavimento;
- (viii) Sinalização horizontal;
- (ix) Elementos de proteção e segurança;
- (x) Reparação, reforma e reforço de OAE
- (xi) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (xii) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (xiii) Implantação de terceiras faixas.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T16	2T16	3T15	Var%3T16 /2T16	Var%3T16/3 T15	9M16	9M15	Var%9M16/ 9M15
Planalto Sul	6.388	6.419	6.476	-0,5%	-1,4%	19.189	20.026	-4,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T16	2T16	3T15	Var%3T16 /2T16	Var%3T16/3 T15	9M16	9M15	Var%9M16/ 9M15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	69.565	65.176	72.249	6,7%	-3,7%	206.734	224.403	-7,9%
Receitas de pedágio	30.661	30.825	26.563	-0,5%	15,4%	92.125	82.150	12,1%
Receitas de obras	38.783	34.250	45.667	13,2%	-15,1%	114.202	142.101	-19,6%
Receitas acessórias	121	101	19	19,8%	536,8%	407	152	167,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.908)	(2.683)	(2.351)	8,4%	23,7%	(8.269)	(7.176)	15,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	66.657	62.493	69.898	6,7%	-4,6%	198.465	217.227	-8,6%
CUSTOS E DESPESAS	(64.326)	(54.459)	(62.779)	18,1%	2,5%	(179.517)	(191.062)	-6,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.269)	(13.952)	(11.956)	-4,9%	11,0%	(41.443)	(38.484)	7,7%
Custo dos serv. de construção	(38.783)	(34.250)	(45.667)	13,2%	-15,1%	(114.202)	(142.101)	-19,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(10.172)	(2.699)	(2.624)	276,9%	287,7%	(14.672)	(8.000)	83,4%
Remuneração da administração	(304)	(290)	(280)	4,8%	8,6%	(872)	(792)	10,1%
Provisão para manutenção em rodovias	(1.861)	(3.335)	(2.252)	-44,2%	-17,4%	(8.475)	(1.685)	403,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	63	67	-	-6,0%	-	147	-	-
EBITDA	2.331	8.034	7.119	-71,0%	-67,3%	18.948	26.165	-27,6%
Margem EBITDA	3,5%	12,9%	10,2%			9,5%	12,0%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(11.234)	(9.650)	(9.842)	16,4%	14,1%	(31.152)	(28.549)	9,1%
Depreciação de imobilizado	(63)	(62)	(62)	1,6%	1,6%	(188)	(206)	-8,7%
Amortização do intangível	(10.722)	(9.138)	(9.327)	17,3%	15,0%	(29.616)	(26.999)	9,7%
Amortização do diferido	(449)	(450)	(453)	-0,2%	-0,9%	(1.348)	(1.344)	0,3%
RESULTADO FINANCEIRO	(15.080)	(13.336)	(16.496)	13,1%	-8,6%	(42.350)	(35.323)	19,9%
Receitas financeiras	486	1.233	2.156	-60,6%	-77,5%	2.426	7.666	-68,4%
Despesas financeiras	(15.566)	(14.569)	(18.652)	6,8%	-16,5%	(44.776)	(42.989)	4,2%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(23.983)	(14.952)	(19.219)	60,4%	24,8%	(54.554)	(37.707)	44,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.140	5.169	6.469	57,5%	25,8%	18.570	12.648	46,8%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	8.140	5.169	6.469	57,5%	25,8%	18.570	12.648	46,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.843)	(9.783)	(12.750)	61,9%	24,3%	(35.984)	(25.059)	43,6%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T16	2T16	3T15	Var%3T16 /2T16	Var%3T16/3 T15	9M16	9M15	Var%9M16/ 9M15
EBITDA¹	2.331	8.034	7.119	-71,0%	-67,3%	18.948	26.165	-27,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.861	3.335	2.252	-44,2%	-17,4%	8.475	1.685	403,0%
EBITDA Ajustado²	4.192	11.369	9.371	-63,1%	-55,3%	27.423	27.850	-1,5%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$89.665. |

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos, e para manter um nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015|.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de novembro de 2016|.

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015|, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de setembro de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$29.998 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 30 de setembro de 2016, o montante de R\$238.015 (R\$282.911 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$260.413 (R\$267.868 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2016 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$118.424.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, divulgadas em 29 de março de 2016 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, considerando as atualizações a seguir:

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. A Administração revisou a taxa de desconto que passou a ser de 6,40% a.a. em 30 de setembro de 2016 (6,35% a.a em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Notas Explicativas

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	-	1.362
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	1.217
Efeito do ajuste a valor presente	-	(145)
Provisão para manutenção em rodovias - real	22.849	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	22.098	-
Efeito do ajuste a valor presente	(751)	-
<u>Não circulante</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	-	3.748
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	3.434
Efeito do ajuste a valor presente	-	(314)
Provisão para manutenção em rodovias - real	33.594	47.123
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	29.369	41.049
Efeito do ajuste a valor presente	(4.225)	(6.074)

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	1.096	666
Aplicações financeiras (*)	11.305	6.225
Total	12.401	6.891
	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	1	2.195
Debêntures compromissadas	-	856
Fundos de investimentos	<u>11.304</u>	<u>3.174</u>
Total	<u><u>11.305</u></u>	<u><u>6.225</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a [100,68%] do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	4.431	4.695
Cartões de pedágio a receber	324	269
Receitas acessórias a receber	<u>415</u>	<u>178</u>
Total	<u><u>5.170</u></u>	<u><u>5.142</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em [30 de setembro de 2016]. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	115.832	79.806
Provisão de participação nos lucros	1.031	1.273
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.999	120
Provisão para manutenção	51.467	41.049
Outras provisões	553	-
Ajuste dos encargos financeiros de obras futuras	-	1.045
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	2.422	1.390
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização do estorno de capitalização de juros	(3)	-
Base de cálculo	<u>154.224</u>	<u>99.606</u>
Alíquota real combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>52.436</u></u>	<u><u>33.866</u></u>

Notas Explicativas

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	548
2017	3.215
2018	3.179
2019	6.158
2020	6.158
Após 2021	<u>33.178</u>
	<u>52.436</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2016 o saldo é de R\$10.745 (R\$7.487 em 31 de dezembro de 2015), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,21% da variação do CDI.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de setembro de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.067	405	183	978	2.633
Adições	-	10	-	4	14
Alienações/baixas	(2)	-	(168)	(1)	(171)
Saldo em 30.09.2016	<u>1.065</u>	<u>415</u>	<u>15</u>	<u>981</u>	<u>2.476</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(482)	(301)	(166)	(335)	(1.284)
Depreciações	(77)	(26)	(12)	(73)	(188)
Alienações/baixas	1	-	166	1	168
Saldo em 30.09.2016	<u>(558)</u>	<u>(327)</u>	<u>(12)</u>	<u>(407)</u>	<u>(1.304)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	585	104	17	643	1.349
Saldo em 30.09.2016	507	88	3	574	1.172
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

Notas Explicativas

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2014	678	394	183	364	786	2.405
Adições	5	11	-	20	192	228
Saldo em 30.09.2015	<u>683</u>	<u>405</u>	<u>183</u>	<u>384</u>	<u>978</u>	<u>2.633</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(276)	(264)	(129)	(102)	(245)	(1.016)
Depreciações	(48)	(34)	(28)	(30)	(66)	(206)
Saldo em 30.09.2015	<u>(324)</u>	<u>(298)</u>	<u>(157)</u>	<u>(132)</u>	<u>(311)</u>	<u>(1.222)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	402	130	54	262	541	1.389
Saldo em 30.09.2015	359	107	26	252	667	1.411
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	10%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições / Reversões	59.717	-	75.502	-	135.219
Transferências / Reclassificações	66.715	-	(66.713)	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 30.09.2016	<u>878.642</u>	<u>792</u>	<u>256.308</u>	<u>-</u>	<u>1.135.742</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(29.546)	(70)	-	-	(29.616)
Saldo em 30.09.2016	<u>(122.823)</u>	<u>(615)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(123.438)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 30.09.2016	755.819	177	256.308	-	1.012.304
Taxas de amortização - a.a.	3,76%	20%			

Notas Explicativas

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	648.839	792	154.947	27	804.605
Adições	598	-	151.307	14	151.919
Transferências / Reclassificações	86.673	-	(86.634)	(39)	-
Saldo em 30.09.2015	<u>736.110</u>	<u>792</u>	<u>219.620</u>	<u>2</u>	<u>956.524</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(56.903)	(450)	-	-	(57.353)
Amortizações	(26.929)	(70)	-	-	(26.999)
Saldo em 30.09.2015	<u>(83.832)</u>	<u>(520)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(84.352)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	591.936	342	154.947	27	747.252
Saldo em 30.09.2015	652.278	272	219.620	2	872.172
Taxas de amortização - %	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento, tendo como a principal a duplicação da BR-116/PR entre Curitiba e Mandirituba.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$25.153 (R\$9.845 em 30 de setembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 6,08% a.a. e 3,46% a.a. em 2015.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(13.709)</u>	<u>(12.361)</u>
	<u>4.123</u>	<u>5.471</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.09.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	24.271	254.672	22.690	269.474
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	março/2027	130	37.614	121	34.834
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	janeiro/2027	-	19.639	-	16.361
			<u>24.401</u>	<u>311.925</u>	<u>22.811</u>	<u>320.669</u>
Custo de transação			(154)	(1.365)	(76)	(1.283)
Total			<u>24.247</u>	<u>310.560</u>	<u>22.735</u>	<u>319.386</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	6.174
2018	29.838
2019	32.946
2020	35.626
A partir de 2021	205.976
	<u>310.560</u>

Em 30 de setembro de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de setembro de 2016 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
2ª emissão (b)	<u>10.000</u>	IPCA + 8,17% a.a.	dezembro/2025	<u>2.046</u>	<u>133.384</u>	<u>120.472</u>
	<u>10.000</u>			<u>2.046</u>	<u>133.384</u>	<u>120.472</u>
Custo de transação				<u>(105)</u>	<u>(857)</u>	<u>(1.098)</u>
Total				<u>1.941</u>	<u>132.527</u>	<u>119.374</u>

(a) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma. |

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor real</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
2ª emissão	15.12.2014	<u>100.000</u>	23.12.2014	<u>110.697</u>
		<u>100.000</u>		<u>110.697</u>

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga anualmente no dia 15 de dezembro, a partir de 2016 na razão de 25% do saldo na data de vencimento, o restante será incorporado ao principal da dívida. Para os anos de 2017 e 2018 os pagamentos ocorrerão à razão de 60% em cada ano de vencimento e o saldo remanescente incorporado ao principal da dívida. A partir do ano de 2019 os juros passarão a ser pagos anualmente junto com principal no dia 15 de dezembro de cada ano até a data de seu vencimento conforme o cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão.

A amortização do valor principal atualizado será em sete parcelas anuais, a partir de dezembro de 2019 até dezembro de 2025 conforme percentual de amortização estipulado em contrato. |

Em 30 de setembro de 2016, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	6.786
2018	7.176
2019	1.272
2020	6.744
A partir de 2021	<u>110.549</u>
	<u>132.527</u>

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

Notas Explicativas

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de setembro de 2016, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2016, o saldo de R\$13.723 (R\$11.424 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.716 (R\$8.794 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	7
<u>Coligada</u>		
Contas a receber:		
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (a)	-	13
Total	<u>-</u>	<u>20</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	22.229
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	32.678	-
Contas a pagar:		
Arteris S.A	360	473

Notas ExplicativasColigadas

Fornecedores:

Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	1.658	3.093
Autopista Litoral Sul S.A. (a)		-
Autopista Regis Bittencourt S.A. (a)	-	-
Total	34.696	25.795

Passivo não circulanteControladora

Empréstimo:

Mútuos - Arteris S.A. (d)	218.709	176.898
---------------------------	---------	---------

Debêntures:

Debentures - Arteris S.A. (c)	-	29.710
Total	218.709	206.608

TRIMESTRE

Contas de Resultado:	30.09.2016			30.09.2015		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a) (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(9.393)	(963)	-	(7.779)	(843)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	(401)	-	-	(385)	-	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(0)	-	-	-
Total	(401)	(9.393)	(964)	(385)	(7.779)	(843)

PERÍODO DE NOVE MESES

Contas de Resultado:	30.09.2016			30.09.2015		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(26.530)	(2.091)	-	(20.426)	(2.330)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	(1.202)	-	-	(1.151)	-	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(0)	-	-	-
Centrovias			-			(3)
Intervias	-	-	-	-	-	(1)
Total	(1.202)	(26.530)	(2.092)	(1.151)	(20.426)	(2.334)

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo.

(b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio para 30 dias.

Notas Explicativas

- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2016	31.12.2015
30.03.2015	Março de 2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	1.648	772
19.08.2015	Agosto de 2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	3.030	938
			<u>28.000</u>	<u>4.678</u>	<u>1.710</u>

- (d) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de [dezembro de 2016] e do principal a partir de [dezembro de 2017], conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.225	8.000	6.814
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	13.366	13.000	11.072
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	16.450	16.000	13.627
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	12.027	25.000	8.663
19.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	16.016	35.000	11.380
27.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	8.134	20.000	5.578
30.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	7.491	20.000	4.993
			<u>137.000</u>	<u>81.709</u>	<u>137.000</u>	<u>62.127</u>

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em [30 de setembro de 2016], a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de [R\$304 e R\$872 (R\$280 e R\$792, respectivamente, em 30 de setembro de 2015)], incluindo o rateio da Holding, a título de remuneração de seus administradores, conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. O valor reconhecido sem o rateio não ultrapassa a remuneração global anual definida. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.031 e R\$1.273.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 é conforme segue:

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2016
Cíveis	79	288	(28)	(137)	202
Trabalhistas	41	480	(197)	(185)	139
Regulatórios (*)	-	7.658	-	-	7.658
Total	120	8.426	(225)	(322)	7.999

Notas Explicativas

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	31.12.2014	Adições	Reversões	Utilizações	30.09.2015
Cíveis	289	208	(80)	(88)	329
Trabalhistas	75	261	(5)	(252)	79
Total	364	469	(85)	(340)	408

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$7.658.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$338 (R\$343 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.143 em 30 de setembro de 2016 (R\$18.019 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o período findo em 30 de setembro de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições/Reversões (a)	-	(4.135)	8.475	-
Ajuste a valor presente	-	(636)	1.943	120
Transferências	22.098	3.554	(22.098)	(3.554)
Saldo em 30.09.2016	22.098	-	29.369	-

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	5.084	34.013	-
Adições/Reversões	-	1.685	-
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.607	(504)
Transferências	(4.480)	-	4.480
Saldo em 30.09.2015	<u>604</u>	<u>37.305</u>	<u>3.976</u>

- (a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel conforme ofício expedido pela ANTT número 409/2016/GEINV/SUINF de 04 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 069/2016/GEINV/SUINF.

Notas Explicativas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2016 é de R\$467.818 e integralizado pelo valor de R\$407.818, compostos por 542.853.774 ações ordinárias e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social era subscrito e integralizado pelo valor de R\$282.818 e composto por 284.614.544 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

<u>Data da</u> <u>Integralização</u>	<u>Forma de</u> <u>Integralização</u>	<u>Valor</u> <u>Integralizado</u>	<u>Quantidade de</u> <u>ações</u>
05.01.2016	Dinheiro	5.000	6.540.222
20.01.2016	Dinheiro	8.000	10.624.170
05.02.2016	Dinheiro	5.000	6.596.306
22.02.2016	Dinheiro	12.000	16.216.216
07.03.2016	Dinheiro	3.000	4.000.000
21.03.2016	Dinheiro	12.000	16.085.791
05.04.2016	Dinheiro	5.000	7.032.349
24.04.2016	Dinheiro	10.000	13.440.860
20.05.2016	Dinheiro	10.000	13.698.630
06.06.2016	Dinheiro	2.000	2.837.684
20.06.2016	Dinheiro	10.000	14.084.507
05.07.2016	Dinheiro	3.000	4.225.352
20.07.2016(*)	Dinheiro	40.000	142.857.143
		<u>125.000</u>	<u>258.239.230</u>

(*) Em 20 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$100.000, mediante a emissão de 142.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$40.000 em dinheiro até 30 de setembro de 2016, e o valor restante de R\$60.000 será integralizado em até seis meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do e, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**19. RECEITAS**

Estão representadas por:

	30.09.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	30.661	92.125	26.563	82.150
Receita de serviços de construção	38.783	114.202	45.667	142.101
Outras receitas (*)	121	407	19	152
	<u>69.565</u>	<u>206.734</u>	<u>72.249</u>	<u>224.403</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2016		30.06.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	69.565	206.734	72.249	224.403
ISSQN	(1.539)	(4.625)	(1.329)	(4.114)
PIS	(200)	(605)	(180)	(542)
COFINS	(924)	(2.794)	(842)	(2.520)
Outras deduções	(245)	(245)	-	-
Receita líquida	<u>66.657</u>	<u>198.465</u>	<u>69.898</u>	<u>217.227</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.429)	(3.705)	(1.498)	(4.300)
Serviços de terceiros	(372)	(788)	(440)	(1.275)
Manutenção de bens e conservação	(47)	(159)	(8)	(35)
Depreciação / Amortização	(201)	(603)	(204)	(624)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(7.739)	(8.201)	(116)	(384)
Seguros/Garantias	(1)	(6)	-	(1)
Consumo	(150)	(429)	(131)	(407)
Transportes	(52)	(181)	(78)	(205)
Comunicação e marketing	(152)	(464)	(103)	(173)
Outros	(230)	(739)	(250)	(1.220)
Total	<u>(10.373)</u>	<u>(15.275)</u>	<u>(2.828)</u>	<u>(8.624)</u>

Notas Explicativas

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(38.783)	(114.202)	(45.667)	(142.101)
Com pessoal	(2.727)	(8.083)	(2.458)	(7.102)
Serviços de terceiros	(4.419)	(13.171)	(4.188)	(13.889)
Conservação	(3.063)	(11.029)	(2.523)	(8.997)
Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis	(309)	(897)	(138)	(703)
Consumo	(687)	(2.040)	(678)	(1.831)
Transportes	(498)	(1.536)	(482)	(1.463)
Verba de fiscalização	(769)	(2.308)	(696)	(2.088)
Recursos para desenvolvimento	-	-	-	-
Seguros / Garantias	(489)	(1.152)	(525)	(1.575)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.861)	(8.475)	(2.252)	(1.685)
Depreciação / Amortização	(11.033)	(30.549)	(9.638)	(27.925)
Outros	(308)	(1.227)	(268)	(836)
Total	<u>(64.946)</u>	<u>(194.669)</u>	<u>(69.513)</u>	<u>(210.195)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	1.182	3.282
Aplicações financeiras	611	1.587	930	3.688
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	516	-	643
Outras receitas	(125)	323	44	53
Total	<u>486</u>	<u>2.426</u>	<u>2.156</u>	<u>7.666</u>

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(14.449)	(41.932)	(17.991)	(40.620)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(709)	(1.943)	(518)	(1.746)
Outras despesas	(408)	(901)	(143)	(623)
Total	<u>(15.566)</u>	<u>(44.776)</u>	<u>(18.652)</u>	<u>(42.989)</u>

Notas Explicativas**22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa [nº 5].

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2016</u>	<u>30.09.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	21.211	22.582
Juros capitalizados	25.153	9.845
	<u>30.09.2016</u>	<u>30.09.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(18.657)	(35.426)

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>30.09.2016</u>		<u>30.09.2015</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.983)	(54.554)	(19.219)	(37.707)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	8.154	18.548	6.534	12.820
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(14)	22	(65)	(172)
Crédito contabilizado	<u>8.140</u>	<u>18.570</u>	<u>6.469</u>	<u>12.648</u>
Imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	8.140	18.570	6.469	12.648

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(15.843)	(35.984)	(12.750)	(25.059)
Número de ações durante o ano	511.568	398.713	243.767	243.013
Prejuízo por ação	<u>(0,03097)</u>	<u>(0,09025)</u>	<u>(0,05230)</u>	<u>(0,10312)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível	30.09.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	12.401	6.891
Aplicações financeiras	Nível 2	10.745	7.487
Partes relacionadas	Nível 2	-	20
Contas a receber clientes	Nível 2	5.170	5.142
Outros créditos	Nível 2	151	111

Passivos	Nível	30.09.2016	31.12.2015
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	19.440	20.218
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	334.807	342.121
Debêntures	Nível 2	134.468	119.374
Partes relacionadas	Nível 2	253.405	232.403
Taxa de fiscalização	Nível 2	256	242
Outras contas a pagar	Nível 2	1.968	1.775

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em [30 de setembro de 2016], a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em [30 de setembro de 2016], a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,50%	14,06%	16,88%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(9.563)	(11.876)	(14.162)
Receita de aplicações financeiras (*)	180	225	270
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(23.670)	(29.588)	(35.505)
IPCA	5,50%	6,88%	8,25%
Juros a incorrer - BNDES/ Debêntures (*)	(8.308)	(10.385)	(12.462)
Total	(41.361)	(51.624)	(61.859)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em [30 de setembro de 2016] a Sociedade apresentava valores a receber de [R\$4.431 (R\$4.695] em [31 de dezembro de 2015] das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures - IPCA	12,37%	2.602	6.786	7.176	15.811	397.497	429.872
BNDES Automático	10,12%	20.481	44.720	54.579	54.746	306.879	481.405
Total		23.083	51.506	61.755	70.557	704.376	911.277

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	59.612

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2016 é de R\$20.296.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

A Sociedade recebeu da Arteris S.A., em 5 de outubro de 2016, o valor de R\$ 3.000, referente a integralização de capital conforme ata Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de julho de 2016. O valor restante de R\$57.000, será integralizado até janeiro de 2017.

A Sociedade recebeu da Arteris S.A., em 20 de outubro de 2016, o valor de R\$ 10.000, referente a integralização de capital conforme ata Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de julho de 2016. O valor restante de R\$47.000, será integralizado até janeiro de 2017.

No dia 26 de outubro de 2016 a Sociedade obteve a 3ª liberação dos Sub-créditos “D1”, Sub-créditos “D2”, Sub-créditos “D1 - IPCA” e Sub-créditos “D2 - IPCA” no valor de R\$4.146, referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para março de 2027 e taxas de juros de 2,62% + TJLP a.a., 2,62% + IPCA a.a. e TJLP. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio Negro, 10 de novembro de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 10 de novembro de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente